



A CIDADE COMO ESPAÇO DE LAZER: O DESENHO DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS NO TERRITÓRIO LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO.

Natasha Norena Trabuco Mendes de Jesus¹

Luiz Carlos Rocha²

Palavras Chave: Espaços e Equipamentos, Políticas Públicas, Esporte, Lazer.

INTRODUÇÃO

Este estudo é um recorte da pesquisa intitulada Ordenamento Legal em Lazer e Esporte – “OLLE”, desenvolvido pelo Departamento de Educação, Campus II - Alagoinhas, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, através do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física, Esporte e Lazer – GEPEFEL – CNPq, em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Mídia, Memória, Educação e Lazer – MEL/UFBA – CNPq, apoiada pela REDE – CEDES (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer) do Ministério do Esporte.

O “OLLE” é uma pesquisa sobre gestão pública e participação popular na construção do ordenamento legal e das políticas municipais de esporte e lazer, em cidades baianas, notadamente, em Alagoinhas que faz parte do Território 18 também denominado de litoral Norte e Agreste Baiano, que reúne 22 municípios do estado.

Percebeu-se que a grande maioria dos municípios do Estado da Bahia tem sofrido com a falta de oportunidades no âmbito das práticas corporais, sobretudo, a relacionada ao lazer. Esta carência evidencia-se na ausência de espaços, equipamentos, bem como, de políticas públicas de lazer, que possam atender as demandas locais, apesar de existirem programas promovidos por instituições públicas, privadas e não governamentais, que buscam amenizar as problemáticas desta área.

A Relevância de se discutir o tema justifica-se e baseia-se no fato do lazer ser um direito previsto na Constituição de 1988, que deve ser assegurado a todos os brasileiros através das políticas públicas e, ainda, pela necessidade de se discutir, refletir, construir e executar tais políticas públicas em diálogo com a população. Neste sentido questionou-se como são pensados e organizados os espaços e equipamentos públicos destinados ao lazer nos municípios de Acajutiba, Aporá, Crisópolis, Itapicuru e Olindina.

Os estudos que se dedicam a estes nos últimos anos estão em crescente escala, vem ganhando importância e visibilidade, pois compõe eixo fundamental para uma política de lazer democrática e oportunizam um ambiente favorável as relações sociais, se constituindo num dos pilares para a efetivação do lazer. Deixou de ter papel coadjuvante e passou a ser um instrumento analítico, questionador do sistema vigente, não é inerte e nem neutro como já se ponderou, mas cheio de dinamismo e autonomia.

Para que o lazer aconteça é necessário que o espaço esteja disponível para suas práticas, transfigurando-se no ambiente para qual o indivíduo irá apropriar-se e fazer acontecer, sendo elemento importante neste processo. Segundo Muller (2002, p.25-26) o espaço de lazer “tem uma importância social, por ser um espaço de encontro e de convívio.” E acrescenta que:

¹ Graduada em Educação Física pela UNEB, natasha_trabuco@hotmail.com

² Doutor em Educação, professor assistente no curso de Educação Física da UNEB, luizrocha.ba@terra.com.br

[...] Através desse convívio pode acontecer a tomada de consciência, o despertar da pessoa para descobrir que os espaços urbanos equipados, conservados e principalmente animados para o lazer são indispensáveis para uma vida melhor para todos e que se constituem num direito dos brasileiros. (Muller, 2002, p. 25-26)

Em contrapartida as cidades não dispõem de número suficiente de espaços e equipamentos para dar conta das demandas apresentadas pela sociedade, causando uma desigual distribuição destes, o que impede uma vivência mais rica, lúdica e prazerosa da cidade por parte da população, podendo ocasionar a limitação destas em seu espaço doméstico ou levando-as a usufruir dos espaços privatizados, suscitando a redução das expressões humanas.

Sendo assim, este estudo objetiva contribuir com a análise dos processos que orientam a política de construção e manutenção dos espaços e equipamentos públicos de lazer dos municípios pesquisados.

METODOLOGIA

Caracterizou-se como uma pesquisa qualitativa, utilizando-se como instrumentos para levantamento de dados a entrevista semiestruturada com os gestores e diretores dos municípios visitados e o mapeamento dos espaços e equipamentos.

Para o êxito do processo investigativo a primeira etapa compreendeu a elaboração da fundamentação teórica através de uma revisão bibliográfica das categorias centrais da pesquisa Esporte, Lazer, Políticas Públicas, Espaços e Equipamentos possibilitando maior diálogo com a área de conhecimento e seus respectivos autores. A partir de critérios culturais, políticos e territoriais, assim como a representação populacional e orçamentária, recortou-se como campo investigativo os municípios de: Acajutiba, Aporá, Crisópolis, Itapicuru e Olindina, pertencentes ao Território 18 - Litoral Norte e Agreste Baiano.

Na sequência, escolheu-se os procedimentos metodológicos mais adequados para alcançar os objetivos propostos na pesquisa. Uma das técnicas utilizadas para o levantamento de dados foi à entrevista, que de acordo com Mattos (2004, p. 37), tem “o objetivo de colher dados relevantes de determinadas fontes ou pessoas, em contato direto do pesquisador com os sujeitos da amostra”.

Para aplicação do roteiro de entrevista foi feito contato com os gestores e diretores de esporte e lazer para agendar as visitas e sua realização com os respectivos, sendo possíveis durante os meses de maio a agosto do ano de 2011 permitindo maior aproximação com o objeto e os sujeitos envolvidos na pesquisa. Após a realização das entrevistas fez-se a transcrição para a compilação dos dados.

Outro procedimento utilizado foi à observação de campo que apresentou os espaços e equipamentos destinados às práticas de esporte e lazer da cidade, viabilizando a observação, mapeamento e registro fotográfico dos espaços e equipamentos.

Por fim, realizou-se a análise e interpretação dos dados coletados visando compreender a realidade encontrada e contribuir com as discussões sobre a temática, orientados pelo referencial teórico, a Constituição Federal e as Políticas Nacionais de Esporte e Lazer que visam garantir através de uma gestão democrática, participativa e cidadã, acesso aos serviços e equipamentos urbanos na perspectiva do atendimento social.

ANÁLISES E DISCUSSÃO

Na análise dos dados ficou evidenciado que os municípios pesquisados expõem uma

fragilidade na elaboração da política de construção e manutenção destes espaços, observou-se ainda que os sujeitos pesquisados apresentam um entendimento limitado do tema e que o direito social de acesso ao esporte e lazer não é assegurado pelas intervenções dos gestores municipais.

Constatou-se que as ações municipais estão desarticuladas da realidade concreta da vida cidadina, isto remete a uma compreensão de que a participação da população se dá eventualmente, quando chamada pelo poder público para tratar de questões de interesses específicos e imediatos, que normalmente atendem ao interesse do projeto político do governo local.

Evidenciou-se ainda, que os espaços destinados às práticas de lazer, não atendem as demandas apresentadas pela sociedade, são pensados e projetados sob uma perspectiva unilateral, ou seja, não há participação da comunidade, nem consulta a mesma sobre seus desejos, interesses e necessidades.

Notou-se vários indícios que impedem sua execução e consolidação, apontamos aqui: a função assistencialista que as gestões municipais atribuem ao lazer, como suporte para suprir a falta de outros direitos sociais, falta de leis que orientem à solidificação das práticas corporais, ausência de prioridade do lazer nos planejamentos e ações políticas e visão restrita do tema por parte dos agentes sociais.

CONCLUSÕES

Neste sentido, a presente pesquisa contribuiu para o diagnóstico e o encaminhamento de alternativas que possam dar conta das problemáticas levantadas nos municípios e na região, para tanto mais estudos acerca do tema serão necessários para o avanço das ações no âmbito das políticas públicas de esporte e lazer no Território 18.

O espaço não deve ser entendido como instrumento de dominação e poder, suas políticas devem estar centradas nos princípios humanistas e democráticos, no reconhecimento dos indivíduos como sujeitos sociais ativos do processo de elaboração das políticas públicas na perspectiva de uma qualidade de vida em sintonia com a cidadania socialmente referenciada.

Para tanto, é preciso reverter esse quadro, a partir do compromisso político alicerçado nos direitos sociais. A partir de medidas essenciais: órgão específico para o setor, escolha de dirigentes capacitados, alteração da lei orgânica, quando estas não priorizarem o direito ao lazer como ferramenta social, debates e fóruns com a sociedade civil, para obter a participação dos cidadãos na construção e no controle das ações políticas, monitorando e avaliando constantemente estas ações.

REFERÊNCIAS

MATTOS, M.G.; ROSSETTO JÚNIOR, A. J.; BLECHER, S. **Teoria e Prática da Metodologia da Pesquisa em Educação Física**: construindo sua monografia, artigo e projeto de ação. São Paulo: Phorte, 2004.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 1994.

MULLER, A. **Lazer, desenvolvimento regional**: como pode nascer e se desenvolver uma ideia. In: MULLER, A DA COSTA, L. P. (org). Lazer e desenvolvimento regional. 1. Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.p.09-40.